

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	18/10//2017
Reunião:	1ª Reunião do Grupo de Trabalho Programa Pagamento por Serviços Ambientais – GT PSA
Grupo:	GT PSA
PARTICIPANTES	
INSTITUIÇÃO	
Silvia Marie Ikemoto	INEA
Markus Stephan Wolfjungkell Budzynkz	APEDEMA - RJ
Jackson Leandro Moreira Gonçalves	FUPAC
Vera Lúcia Teixeira	O nosso vale! A nossa vida
Alan Henrique Marques de Abreu	CEDAE
André Marques	AGEVAP
Eduardo Dantas	CEIVAP
Juliana Fernandes	AGEVAP
Flávio Monteiro	AGEVAP
Ana de Castro e Costa	AGEVAP
Aline Alvarenga	AGEVAP
Tipo:	Presencial
Local:	AGEVAP
RELATO DA REUNIÃO	
<p>Item 1 – Posse novos membros.</p> <p>O Sr. Eduardo Dantas (Secretário CEIVAP) deu posse aos novos membros e solicitou que o Sr. André Marques (AGEVAP) explicasse sobre a Deliberação CEIVAP</p> <p>O Sr. André Marques (AGEVAP) disse que a ideia do grupo é de fundamental importância. Informou que Ana de Castro (AGEVAP) e Flávio Monteiro (AGEVAP) iriam apresentar a metodologia utilizada para os projetos de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Disse que criou-se um formato onde poderia entrar o município sozinho ou em parceria com uma ONG. O representante da AGEVAP lembrou que foi um processo bem complexo, com falhas e desafios a serem enfrentados. Informou que o modelo feito poderá sofrer melhorias, mas foi construído o grupo de trabalho e veremos alguns aprendizados importantes. Disse que é importante definir o novo modelo que irão seguir, entender como foi o processo, o que está acontecendo e discutir novas metodologias com novo edital. A ideia é o grupo se dividir. Tem coisas que vão se adequando de acordo com a legalidade. Informou que quem (instituição e pessoa) participa do grupo, não pode participar do processo e que esperam colaborar, pois o PSA é um processo difícil, mas que estão aprendendo todo dia.</p> <p>Item 2 – Eleição do coordenador do grupo.</p> <p>O Sr. Eduardo Dantas (CEIVAP) perguntou se havia manifestação de interesse para a Coordenação do Grupo</p> <p>A Srª. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) indicou a Sra. Marie Ikemoto (INEA), tendo em vista sua experiência em PSA.</p>	

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) foi eleita coordenadora do GT, por unanimidade.

Item 3 – Apresentação do status atual PSA Hídrico.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) e o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) apresentaram o status atual das ações desenvolvidas relativas ao PSA Hídrico do CEIVAP.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) informou que o edital 2014, junto com o programa de PSA Hídrico, são resultados do grupo de trabalho anterior. Disse que a percepção foi que o edital norteou o processo de seleção, mas sentiu falta de um documento que norteasse a execução dos projetos. Informou que são 9 (nove) projetos divididos por sub comitês: 2(dois) projetos no Trecho Paulista, 2(dois) no Médio Paraíba do Sul, 2(dois) na região Piabanha, 1(um) no estado de Minas Gerais e 2(dois) na região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Complementou informando que todos estão em andamento, com exceção do município de Italva, que foi cancelado e São José do Barreiro que desistiu na hora de assinar o contrato.

O Sr. Flavio Monteiro (AGEVAP) lembrou que atualmente somente São José dos Campos é um município executor e os demais municípios são executados por outras empresas.

O Sr. André Marques (AGEVAP) relatou que a ideia era caracterizar a área e definir importância. O município poderia desenvolver o projeto juntamente com uma ONG.

A Sr^a. Juliana Fernandes (AGEVAP) complementou que outra questão é que o edital previa critérios para hierarquização, no entanto, não eram critérios de habilitação. Isso fez com que muitas áreas fossem contempladas, o que foi interessante quando se fez análise crítica ao observar cada um dos projetos, pois eles não eram tão prioritários para conservação e preservação.

A Sr. Vera Lúcia Teixeira (O nosso Vale! A nossa Vida) informou que tiveram dois grandes problemas: São João do Barreiro e a questão de um município da região do Piabanha, que tirou nota 10 e quase ficou fora, pois o prefeito não assinou o contrato.

A Sr. Ana de Castro (AGEVAP) lembrou que no caso do município de Petrópolis houve uma demora de 9 meses para lançamento do Edital de chamamento dos produtores.

A Sr. Vera Lúcia Teixeira (O nosso Vale! A nossa Vida) sugeriu que devem procurar novos caminhos para fazer essa desvinculação.

A Sr. Ana de Castro (AGEVAP) e o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) mostraram as informações sobre a quantidade de contemplados no projeto, sendo que na proposta inicial foi definido uma meta, antes de conhecer a receptividade do projeto entre os produtores. Lembraram que os projetos que estão dando certo geralmente estão aqueles concentrados em menor área como no caso do município de Resende. Informaram que estão enfrentando algumas dificuldades que não foram apresentados e não previam no edital.

O Sr. André Marques (AGEVAP) mencionou que os projetos que dão certo tem pessoas capacitadas em sua equipe.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) sugeriu um estudo prévio pra conhecer bem a realidade da bacia e depois selecionar instrumentos.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) disse que no próximo edital poderiam dar mais opções de modelo de reflorestamento. Lembrou que cada cidade tem uma necessidade e dinâmicas diferentes e o atual edital engessou o modelo de plantio.

O Sr. Eduardo Dantas (CEIVAP) – perguntou se os interessados apresentavam qual área queriam reflorestar.

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) – concluiu que se não tem as áreas definidas previamente, não é possível realizar um projeto executivo de restauração e seu respectivo orçamento. Percebeu que um trabalho é a mobilização das áreas, e o outro os serviços de engenharia de restauração florestal.

A Sr^a Juliana Fernandes (AGEVAP) lembrou que a área do Sesmaria em Resende já tinha diagnóstico e isso facilitou a elaboração do projeto.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) informou que as instituições entraram no edital sem ter noção do tamanho da área que queriam trabalhar e por isso os recursos foram subestimados.

Sr^a Marie Ikemoto (INEA) afirmou que um edital não específico para serviços de engenharia florestal pode implicar em a contratação de uma empresa e equipe que não tenham expertise no tema.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) informou que, no caso da Prefeitura de São José dos Campos iam de carro mobilizando as áreas e não encontravam ninguém em casa. Então tiveram que adotar uma nova estratégia de não usar o carro da prefeitura para isso.

O Sr. Eduardo Dantas (CEIVAP) comentou que planejar melhor, gera mais efetividade.

A Sr^a Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que nesse edital as ONGs se inscreveram mais. Comentou que o edital não dá segurança financeira para empresas privadas. Muitas das ONGs não sabiam da área a ser trabalhada e não tinham capital como empresa.

O Sr. Alan Henrique (CEDAE) perguntou se a parte da mobilização estava separada no edital.

A Sr^a Juliana Fernandes (AGEVAP) respondeu que estava separada, porém houveram imprevistos.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) disse que adiantaram recursos para compra de insumo e quando o produto chegava, pagavam pela mão-de-obra.

O Sr. Alan Henrique (CEDAE) perguntou como foi a aprovação das áreas e se tinha realmente uma efetividade da ação de restauração.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) respondeu que são duas fases: primeiro abrem para habilitação e no segundo momento a ONG faz a visita técnica em todos os habilitados para selecionar alguns. Com isso, foi criado um banco municipal de áreas para restauração e foi positivo.

O Sr. André Marques (AGEVAP) expôs que quando se seleciona a área e tem adesão voluntária, é um risco grande, pois quando as áreas não são contíguas, precisam achar critérios que possam juntar isso. Disse que é motivo de preocupação, já que houveram casos de depois de tudo acertado, haver desistência.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) complementou dizendo que há casos em que o produtor não sabe que o foco é recurso hídrico.

O Sr. Alan Henrique (CEDAE) perguntou quais são as áreas que tem esse diagnóstico dentro da bacia.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) respondeu que o trabalho foi desenvolvido como um todo. Dentro da bacia escolheram 5 propriedades que não são contínuas, mas deram continuidade ao projeto inicial.

O Sr. Alan Henrique (CEDAE) perguntou se existem outros diagnósticos de microbacias.

A Sr. Aline Alvarenga (AGEVAP) respondeu que não tem. São projetos aleatórios.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) mencionou que conservação é quando cercam a área de mata e restauração é quando há muito plantio.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) mostrou os principais motivos de atraso por etapa. Disse que as etapas não estão previstas no edital, mas sim no manual que foi lançado posteriormente. Explicou que foi elaborado o manual e após finalização com o INEA e assim 18 produtos foram previstos. Concluiu que foi a forma que acharam para as ONGs obterem capital de giro.

A Sr^a Juliana Fernandes (AGEVAP) – complementou que mesmo com 18 produtos previstos , tendo em vista as adequações realizadas, atualmente estão com mais de 30 produtos.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) – explicou que na primeira etapa o principal atraso foi na elaboração de Planos de Trabalhos. Além disso, houve atraso dos municípios nas etapas do edital, diagnósticos muito superficiais das propriedades e atraso no Plano Executivo de Restauração.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) lembrou que a presença de um bom técnico na executora fez toda a diferença no desenvolvimento de projeto um mais ajustado.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) opinou que a ideia de dividir em duas etapas é fundamental, sendo uma de mobilização até a elaboração do projeto Executivo de Restauração e outra de execução das ações de restauração. Disse que às vezes a empresa entra e causa conflito com o produtor.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) – disse que quando há um projeto executivo determinado, isso atrai outras empresas com mais experiência e diminui o risco.

O Sr. André Marques (AGEVAP) – comentou que no final do projeto irá escrever os pontos fortes e fracos. Lembrou que o ponto mais complexo é o orçamento.

O Sr. Eduardo Dantas (CEIVAP) propôs fazer um seminário com as próprias empresas para que uma aprenda com a outra.

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) disse que o INEA desenvolveu o SEMAR (Sistema Estadual de Monitoramento da Restauração) que pode ser adotado como uma referência para projetos de restauração florestal.

O Sr. Flavio Augusto (AGEVAP) disse que devem pensar não só na informação, mas também, na forma em que será realizada o pagamento, pois talvez projeto poderia ter uma escala de tempo maior pra garantir o pagamento.

O Sr. Alan Henrique (CEDAE) mencionou que devem buscar modelos para servir de exemplo.

A Sr^a Silvia Marie (INEA) disse que existem alguns modelos possíveis para pratica de conservação e preservação no Projeto GEF Mata Atlantica. Foi feito levantamento das condições das microbacias e

foi identificado quais eram as diferentes condições, e assim definiram alguns padrões (práticas elegíveis para o projeto).

O Sr. Alan Henrique (CEDAE) – comentou que cada propriedade pode apresentar um projeto diferente.

O Sr. André Marques (AGEVAP) disse que vale a pena também pensar nas áreas prioritárias já definidas em cada estado.

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) lembrou que é preciso conhecer e verificar a compatibilidade e aplicabilidade desses estudos para o programa PSA Hídrico. E no caso de situações em que a prefeitura não queria colaborar ou participar dos projetos é necessário existir uma alternativa para viabilizar o pagamento.

A Sr^a Juliana Fernandes (AGEVAP) lembrou que a prefeitura precisa querer participar do projeto, senão o mesmo pode ficar parado por conta da burocracia.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) comentou que no atual edital de PSA, nem todos são produtores rurais, alguns são proprietários rurais. Não pode haver diferenciação entre os mesmos, pois as vezes o proprietário não precisa do recurso, mas a propriedade está em uma área importante para os recursos hídricos.

A Sr^a Juliana Fernandes (AGEVAP) mencionou que que é importante ter a visão na proposta da continuidade. Diz que o PSA em andamento tem 9 projetos, o corpo técnico é de 1 funcionário. Neste sentido, é necessário avaliar como a Agevap pode conduzir o PSA. Lembrou que existe a gerenciadora, mas mencionou que é importante que haja maior fiscalização das áreas pela referida empresa.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) complementou dizendo que precisa ter uma gerenciadora que comece com os projetos.

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) lembrou que precisa ficar claro que não há como colocar tudo em um contrato único (mobilização de proprietários rurais e serviços de engenharia de restauração florestal), senão uma parte da execução sairá prejudicada.

O Sr. André Marques (AGEVAP) disse que quanto mais concentrarem, melhor será ou terão gerenciadora e irão gastar mais.

A Sr^a Silvia Marie (INEA) perguntou sobre os projetos que estão em andamento e as mudanças que foram necessárias nos projetos.

A Sr^a. Ana de Castro (AGEVAP) na apresentação realizada pela AGEVAP elencou os pontos positivos: implantação das unidades demonstrativas e experiências adquiridas e os pontos negativos: orçamento, plano de execução subdimensionados, comprometimento dos provedores e das prefeituras, inexperiência com objeto da obra, ausência de modelos alternativos. Citou também os pontos norteadores importantes para discussão do grupo: premissas do edital de chamamento; mobilização x execução; monitoramento dos resultados; modelo de PSA; engajamento das prefeituras no processo; e prazo de execução dos projetos/pagamentos.

Item 4 – Elaboração de agenda de atividades

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) relatou que a experiência do PSA é um aprendizado. Muitas questões para serem discutidas e por isso seria importante a realização de uma oficina técnica para auxiliar a pensar

em estratégias. Disse que, em relação as áreas prioritárias, se dispõe a apresentar o estudo desenvolvido pelo INEA de áreas prioritárias para restauração florestal com foco em proteção de mananciais, de modo a evitar que projetos sejam desenvolvidos em áreas que não sejam efetivamente importantes para o abastecimento público, e que o CEIVAP possa otimizar seus investimentos e potencializar efetivos resultados do PSA Hídrico.

O Srº Alan Henrique (CEDAE) complementou dizendo que o estado define a área que for prioritária

A Srª Marie Ikemoto (INEA) sugeriu que áreas prioritárias poderia ser um tema da oficina; outro tema seria modelo de PSA.

O Sr. André Marques (AGEVAP) mencionou que que no primeiro encontro poderia ser iniciado com apresentação dos 3 estados, com as áreas prioritárias e trabalhos em andamento. O segundo seria mais focado em questões específicas.

A Srª Marie Ikemoto (INEA) disse que outro ponto a ser tratado seriam os aspectos jurídicos sobre o pagamento aos produtores, de modo a encontrar outros instrumentos possíveis além da parceria com as prefeituras para viabilizar o pagamento.

A Srª Juliana Fernandes (AGEVAP) comentou que a AGEVAP está elaborando com a Fundação Grupo Boticário um termo de cooperação e irão verificar se tem interesse em participar do grupo como convidado.

O Sr. André Marques (AGEVAP) sugeriu na próxima plenária, incluir o subcoordenador e também outros convidados que são da área, conforme a demanda do grupo.

O Sr. André Marques (AGEVAP) citou que é necessário definir duas questões: primeiro o workshop e no segundo momento, definir o modelo de PSA. Mencionou que poderiam organizar o workshop em janeiro.

A Srª Juliana Fernandes (AGEVAP) – propõe na segunda quinzena de janeiro.

A Srª Marie Ikemoto (INEA) lembrou que o workshop precisa ter o roteiro bem pensado para alcançar os resultados esperados, e não simplesmente um conjunto de apresentações.

O Sr. André Marques (AGEVAP) mencionou que precisam definir quem chamar para poder definir a data e depois articular o restante. O importante é definir as três pessoas dos três estados que poderão vir.

A Srª Marie Ikemoto (INEA) propôs um dia de workshop e que a apresentação dos participantes seja direcionada acerca das questões/dificuldades enfrentadas pelo PSA Hídrico do CEIVAP. Sugeriu a participação de especialistas do tema de SP (Mina D'água), ES (ReflorEStar), FGB (Oásis), dentre outros. Ressaltou que o projeto GEF não tem como foco serviços ambientais associados a recursos hídricos, e sim biodiversidade e carbono, portanto, sua contribuição ao PSA Hídrico seria indireta.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) sugeriu que o foco seja no PSA Hídrico e o Projeto GEF poderia ter instrumentos adaptados. Propôs procurar instituições e pesquisadores sobre o assunto.

A Srª Juliana Fernandes (AGEVAP) sugeriu que o Grupo pense no que irão discutir e marquem outro encontro para que cada um leve suas ideias e assim possam planejar.

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) mencionou que poderiam convidar os seguintes especialistas: equipe Programa Produtor de Água (ANA), Sra. Helena Carrascosa (SMA - São Paulo); Sr. Marcos Sossai (IEMA-ES), Marcelo Araki (IEF-MG) e Fundação Grupo Boticário.

O Sr. André Marques (AGEVAP) propôs definir o orçamento, senão cada um iria sugerir um diferente.

A Sr^a Marie Ikemoto (INEA) sugeriu que a programação da oficina seja discutida para uma próxima reunião em novembro. Sugeriu o formato de oficina de trabalho, com a participação de especialistas, focado na discussão de aspectos técnicos.

Encaminhamentos

- A próxima reunião será realizada no dia 17/11/2017 com o intuito de definir como será realizado o workshop de PSA e continuação da discussão sobre os projetos de PSA. Posteriormente a data da reunião foi alterada para o dia 07 de dezembro de 2017.
- Será realizado na segunda quinzena de janeiro (com data a ser definida entre 22 a 24 de janeiro) um workshop de um dia para tratar das estratégias e modelo de PSA a serem adotados.

Início:	14:30h	Encerramento	17:00h
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		